



**URGENTE**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO TOCANTINS

PROJETO DE LEI Nº 75 2025.

À Publicação, posteriormente,  
Comissão de Constituição, Justiça  
e Redação.  
Em 25 / 03 / 2025  
1º Secretário

**ENTRADA**  
18 MAR. 2025  
*[Assinatura]*  
Ass. do Func. COASP

**APROVADA A URGÊNCIA**  
Conforme art. 136 do R. I.  
Palmas 25 / 03 / 2025  
1º Secretário

**REGIME DE URGÊNCIA**

Declara de Utilidade Pública Estadual a  
Associação dos Amigos Solidários em  
Ação, no Município de Ananás/TO.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Amigos Solidários em Ação, Inscrita CNPJ 15.012.119/0001-51, com sede na Rua Francisco Xavier de Souza, Nº 74, anexo 01, Bairro Alto Bonito, CEP 77.890-00, no Município de Ananás/TO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificativa

O projeto de lei tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação dos Amigos Solidários em Ação.

A Associação mencionada foi fundada em 30 de dezembro de 2011, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos e econômicos, com duração por tempo indeterminado, com sede na Rua Francisco Xavier de Souza, Nº 74, anexo 01, Bairro Alto Bonito, CEP 77.890-00, no Município de Ananás/TO.

Associação dos Amigos Solidários em Ação tem como objeto e finalidade primordial, fortalecer, promover e integrar os associados, elaborar uma política ampla para zelar da comunidade com qualidade vida e desenvolver em suas base atividades culturais, esportivas, religiosas, assistência social, educacional e saúde. Viabilizar convênios para desenvolver trabalhos que venham beneficiar as crianças, jovens, adultos e idosos. Promover debates e atuar em conjunto com órgãos públicos e privados para organizar mutirão ou para adquirir recursos de



forma a realizar obras sociais.

Nestes termos, fundado nos relevantes serviços que esta Entidade vem prestando à sociedade, submeto à consideração do Plenário desta Casa Legislativa a presente Proposição e conto com o apoio dos meus ilustres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei, por se tratar de medida de relevante interesse social.

Assim, tendo em vista que a referida Associação é instituição de amplo interesse social, com diversas atividades em prol da comunidade.

São órgãos da organização e funcionamento público a Associação dos Amigos Solidários em Ação, Assembléia Geral, Diretoria, e Conselho Fiscal. Sendo que é vedado à remuneração de qualquer membro da Diretoria, bem com a distribuição de lucros, vantagens ou bonificações ou de quaisquer outras vantagens ou benefícios a dirigentes, conselheiros, sócios ou equivalentes, sob qualquer denominação, forma ou pretexto.

Contamos com o apoio de nossos Pares, que diante do exposto aprove o presente projeto.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

**JAIR FARIAS**

Deputado Estadual

Imprimir

ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins de Palmas - TO**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo**RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO**Código do Documento: **P9d8ba0d6d629f17fe7e5f24f566ca1c0K13518**Autor: **JAIR FARIAS**Descrição: **Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Amigos Solidários em Ação, no Município de Ananás/TO.**Tipo de Proposição:  
**Projeto de Lei da Casa**Enviada por: **Jair Farias**  
**(dep.jair.farias)**Data de Envio:  
**18/03/2025 16:36:44**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

  
\_\_\_\_\_  
JAIR FARIAS



# 1ª ALTERAÇÃO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS SOLIDÁRIOS EM AÇÃO



**Art 1ª** - A Associação Amigos Solidários em Ação, na qual foi fundada em 30/12/2011, com foro jurídico no município de Ananás – Tocantins, com abrangência territorial Nacional, sob forma de Associação Civil, de Direito Privado, Sem Fins Lucrativo e com tempo indeterminado de duração, composta de número ilimitado de associados, sem qualquer distinção de crença, raça, cor, sexo, preferência partidária ou categoria social, nacionalidade e profissão. Reger-se-á pelo presente estatuto social e normas de direito que lhes são aplicáveis.

**Art 2ª** - A entidade tem como finalidade:

- a) Fortalecer, promover e integrar os associados, despertando-nos mesmos à ação coletiva, bem como prestar serviços nas áreas que, a comunidade achar necessária;
- b) Elaborar uma política ampla, para as comunidades no sentido de obter soluções dos diversos problemas e encaminhando-as as autoridades competentes se necessário;
- c) Zelar pela qualidade de vida de seus associados, bem como criar e desenvolver em suas bases atividades culturais, esportivas, recreativas, religiosas, assistenciais, educativas, de saúde e outras;
- d) Viabilizar convênios e recursos para desenvolver trabalhos que, venham beneficiar as crianças, os jovens, os adultos, os idosos e outros. Em todos os âmbitos, internacional, nacional, estadual, municipal e privado;
- e) Colaborar com os Poderes Públicos e Conselhos, dando-lhes, subsídios dos problemas da comunidade, e pleiteando as respectivas soluções;
- f) Promover atividades que, resultem no levantamento de fundos para atender as necessidades da entidade;
- g) Promover debates, atuar em conjunto com os órgãos públicos e privados para organizar mutirões ou para adquirir recursos de forma a realizar obras de interesse social;
- h) Defender os interesses coletivos dos moradores contra todas as formas de discriminações, priorizando a melhoria das condições de vida e garantia dos direitos da família; da criança e ado adolescentes, do jovem, da mulher, do idoso e das minorias;

**Parágrafo primeiro** – Para atender os seus objetivos, a entidade procurará a convergência de trabalhos através de organizações públicas ou privadas, entidades profissionais, associações, universidades, organismos internacionais e a comunidade em geral, evitando-se a duplicação de esforços.

**Parágrafo segundo** – A Associação dos Amigos Solidários em Ação não distribui entre os associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, bruto ou líquido, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplica integralmente na consecução do seu objeto social.

**Art. 3ª** - A fim de ampliar suas finalidades a instituição, se organizará, em tantas unidades de prestação de serviço (coordenação, diretorias e núcleos) que se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo regimento interno, aprovado pela Assembleia Geral, que disciplinará o seu funcionamento.

**Art. 4ª** - A Associação dos Amigos Solidários em Ação terá um regimento interno que aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

UNICO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins  
Rua 10 de Novembro, 410 - Centro - Ananás - TO  
CEP: 77890-000 | CNPJ: 23.063.024/0001-18 | Fone: (63) 3142-1905

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994. \*0001-G570775P-468483-73\*. Ananás-TO, 27 de março de 2024. - 11:38:57h.

Ana Clara da Silva Rodrigues-Escritora

Ende Costa

Vanillo Alex C. Ferreira  
ADVOGADO



## CAPÍTULO II – DO QUADRO SOCIAL, DIREITOS E DEVERES

**Art. 5º** - Serão admitidos no quadro social da Associação dos Amigos Solidários em Ação, todas as pessoas acima de 16 (dezesseis) anos, desde que se comprometam aceitar e cumprir este Estatuto Social, seus Regulamentos e Resoluções tomadas em Assembleia.

**Art. 6º** - O quadro social será composto por número ilimitado de associados, classificados nas seguintes categorias: fundadores, honorários, colaboradores, beneméritos, beneficiários e contribuintes.

**Art. 7º** - Os moradores que infringirem as normas estatutárias estarão sujeitos a penalidades, que serão aplicadas em conformidade ao grau da infração na seguinte ordem:

- a) Advertência por escrito;
- b) Suspensão;
- c) Exclusão;

**Parágrafo único** – As penalidades serão aplicadas pela diretoria obedecendo as disposições estatutárias depois de apuradas as causas, cabendo, entretanto aos sócios envolvidos, recursos a serem apresentados e apreciados em Assembleia Geral.

**Art. 8º** - Serão excluídos do quadro social da Associação dos Amigos Solidários em Ação:

I - Mediante solicitação por escrito;

II – Aquele que, prejudicar o bom nome da entidade, em virtude do descumprimento das disposições estatutárias, assim como a prática de atos lesivos aos interesses e objetivos da entidade;

III – Por falecimento;

IV – Pela mudança de região;

V – Os associados que se desligarem do quadro social na forma do item I poderão ser readmitidos, mediante aprovação da assembleia;

VI – Os que por livre e espontânea vontade solicitarem seu desligamento desde que em dias com as obrigações estatutárias e no caso dos sócios colaboradores, após quita seus débitos junto a tesouraria;

VII – Aquele que persistir em prejudicar o bom nome da entidade, cometer falta grave e infringir os princípios estatutários;

**Art. 9º** - São direitos e deveres dos sócios:

- a) Votar e ser votado para cargos eletivos;
- b) Solicitar a Diretoria informações sobre medidas ou atos que a mesma vem desenvolvendo junto a comunidade;
- c) Participar de todas as atividades da Associação dos Amigos Solidários em Ação inclusive de departamento e comissões;
- d) Participar das assembleias gerais e reuniões exercendo igualdade de direito a opinião em todas as questões;
- e) Acatar as decisões dos órgãos dirigentes da Associação dos Amigos Solidários em Ação
- f) Comunicar aos órgãos da administração da Associação dos Amigos Solidários em Ação quaisquer irregularidades constatadas e ou verificadas;



**UNICO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**  
Tabela e Oficial: André Borges Lima | Avenida Brasil, 110 - Centro - Ananás - TO  
CEP: 77890-000 | CNPJ: 33.063.624/0001-18 | Fone: (63) - 3442-1503

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.936 de 18/11/1994. \*0001\*G392YFVZ-468498-10\* Ananás-TO  
27 de março de 2024 - 11:38:58h

**Notário**  
André Borges Lima  
Tabela e Oficial

*Carimbo*



- g) Colaborar com a entidade com trabalhos de mutirão e de interesse comunitário;
- h) Pagar pontualmente as contribuições financeiras fixadas pela Assembleia Geral no caso dos sócios contribuintes;
- i) Convocar assembleia geral, e extraordinária através de requerimento de sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários, quando os julgar prejudiciais, aos interesses da entidade, comunidade ou a si próprio;
- j) Obedecer às disposições do Estatuto e o Regimento Interno da entidade;
- l) Proteger o bom nome da entidade e zelar pelo seu patrimônio;
- m) Cooperar com todas as atividades que visem à conservação dos objetivos dos quais a entidade se propõe;
- n) Acatar as deliberações das assembleias gerais e da Diretoria.

**Parágrafo único** – Os associados não respondem ativa, passiva, subsidiária e solidariamente por obrigações assumidas pela Associação dos Amigos Solidários em Ação.

### CAPITULO III – DAS COMPETÊNCIAS E ESTRUTURAS DOS ÓRGÃOS QUE ADMINISTRAM A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS SOLIDÁRIOS EM AÇÃO

**Art. 10º** - São órgãos que administram a Associação dos Amigos Solidários em Ação:

- I – Assembleia Geral;
- II – Diretoria;
- III – Conselho Fiscal.

**Art. 11** – Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação dos Amigos Solidários em Ação se compõe de todos os associados no pleno gozo de seus direitos, quites com suas obrigações pecuniárias, tendo facultado o direito de resolver, dentro da lei e dos dispositivos estatutários, todos os assuntos concernentes às atividades e fins da entidade.

**Art. 12** – Compete a assembleia geral:

- I – Eleger a diretoria e conselho fiscal;
- II – Decidir sobre as reformas do estatuto;
- III – Decidir sobre a extinção da entidade, nos termos do Artigo 35;
- IV – Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais.

**Parágrafo único** – A entidade não remunera, sob qualquer forma, os membros de sua diretoria e conselho fiscal, bem como as atividades de seus associados, cuja atuação são inteiramente gratuitas.

**Art. 13** – A assembleia geral se reunirá ordinariamente:

- I – Para discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo conselho fiscal;
- II – Apreciar relatório anual da diretoria;

*Carla Guedes Costa*

*Anália Borges Lira*  
Oficial Tabelião

UNICO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Tabela: Oficial Anália Borges Lira, 110, Centro, Anápolis, TO  
CEP: 77890-000 | CNPJ: 25.065.624/0001-18 | Fone: (63) 3442-1905

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994. \*0001\*G4Z43845-46849D-86\*. Anápolis, TO, 27 de março de 2024 - 11:38:59h







III – Para eleição de diretoria executiva e do conselho fiscal sempre no primeiro Domingo do mês de dezembro de cada triênio.

**Art. 14** – A assembleia geral poderá ainda se reunir extraordinariamente, quando convocada:

I – Pela Diretoria;

II – Pelo Conselho Fiscal;

III – Por requerimento de no mínimo 10 associados quites com suas obrigações sociais;

IV – Quando o assunto for de grande importância.

**Art. 15** – As assembleias gerais ordinárias deverão ser convocadas pelo presidente da Associação dos Amigos Solidários em Ação e/ou união, através de edital publicado em órgão de imprensa de circulação diárias no município ou outro meio, cujas cópias deverão ser afixadas na sede da entidade e em pontos que melhor facilite a divulgação, circulares e outros meios convenientes com antecedência mínima de trinta dias; extraordinariamente com antecedência mínima de 48 horas.

**Parágrafo único** – As assembleias gerais realizar-se-ão em primeira convocação com 2/3 dos sócios, e em segunda convocação a ser realizada após trinta minutos após a primeira convocação, com qualquer numero de presentes.

**Art. 16** – Diretoria executiva é o órgão de execução de todas as atividades da Associação dos Amigos Solidários em Ação formada pelo: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

**Parágrafo primeiro** – O mandato da diretoria executiva será de 3 anos, sendo vetada mais de uma reeleição consecutiva.

**Parágrafo segundo** – Os cargos vagos serão preenchidos pelos suplentes de acordo com suas posições.

**Art. 17** – Compete a Diretoria:

I – Elaborar, executar programa anual de atividade;

II – Elaborar e apresentar a Assembleia Geral o relatório anual;

III – Entrosar-se com instituições publicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse da comunidade e entidade;

IV – Contratar e demitir funcionários.

**Art. 18** – A Diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês.

**Art. 19** – Compete ao Presidente:

I. Convocar as Assembléias Gerais;

II. Convocar e presidir todas as Reuniões da entidade;

III. Representar legalmente, judicialmente e extra judicialmente, podendo outorgar procuração para este fim;

*Carla Guilde Costa*

*Carla Guilde Costa*

UNICO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Tabela de Tarifas e Custos  
CNPJ: 13.053.024/0001-18 | Fone: (03) 3442-1905  
Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.936 de 18/11/1994. \*0001\*G570E724-46845F-74\* Ananias-TO.  
27 de março de 2024 - 11:39:00h

AUTENTICAÇÃO

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

- IV. Praticar todos os atos em nome da entidade em conjunto com o 1 Tesoureiro ou ainda outorgar procuração;
- V. Assegurar um eficaz planejamento organizacional, em conjunto com toda a Diretoria;
- VI. Projetar a imagem pública da entidade com os demais diretores;
- VII. Assegurar que os recursos sejam gerenciados com eficiência em conjunto com o 1 Tesoureiro;
- VIII. Zelar pela integridade legal e ética dentro da entidade, em conjunto com todos os demais Diretores;
- IX. No caso de ausência ou impedimento, do Presidente, assumirá a sua função o Vice-Presidente;
- X. Aprovar anualmente o planejamento das ações programáticas, bem como as suas respectivas dotações orçamentárias e o plano anual de captação de recursos.



**Art. 20 – Compete ao Vice-Presidente:**

- I – Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II – Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente;

**Art. 21 – Compete ao Primeiro Secretário:**

- I – Secretariar as reuniões de Diretoria e Assembleia Geral e redigir as Atas;
- II – Publicar todas as ações e atividades da Entidade.

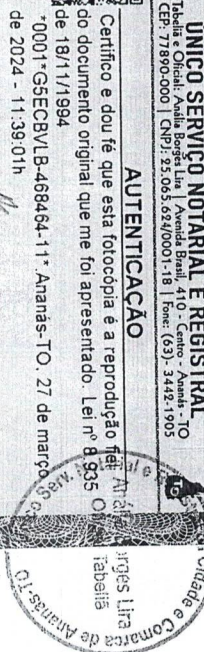
**Art. 22 – Compete ao Segundo Secretário:**

- I – Substituir o primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II – Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário.

**Art. 23 – Compete ao Primeiro Tesoureiro:**

- I. Representar legalmente, judicialmente e extra judicialmente, podendo outorgar procuração para este fim;
- II. Zelar pela integridade legal e ética dentro da entidade, em conjunto com todos os demais Diretores;
- III. Desenvolver e implementar ações relativas a gestão orçamentária e financeira;
- IV. Assinar documentos financeiros em geral juntamente com o Presidente, (cartões de assinatura para abertura de conta bancária, aplicações financeira e cheques, pagamentos, boletos e outros fins financeiros).
- V. Articular parcerias, convênios e outros fins relacionados a função, junto aos órgãos públicos e privados;
- VI. Recrutar, orientar e envolver, novos sócios e novos amigos da entidade;

*[Handwritten signature]*







VII. Aprovar planos de Captação de Recursos, para submeter ao Presidente;

VIII. Constituir Comitês de Captação de Recursos;

IX. Assegurar que os recursos sejam gerenciados e aplicados com eficiência, em conjunto com o Presidente;

X. Projetar a imagem pública da entidade com os demais diretores.

**Art. 24** – Compete ao Segundo Tesoureiro:

I – Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;

II – Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;

III – Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

**Art. 25** – O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros titulares, e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

I – O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

II – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o término.

**Art. 26** – Compete ao Conselho Fiscal:

I – Examinar os livros de escrituração da Entidade;

II – Examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;

III – Apreçar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria;

IV – Opinar sobre a aquisição de bens.

**Parágrafo Único** – O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 02 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

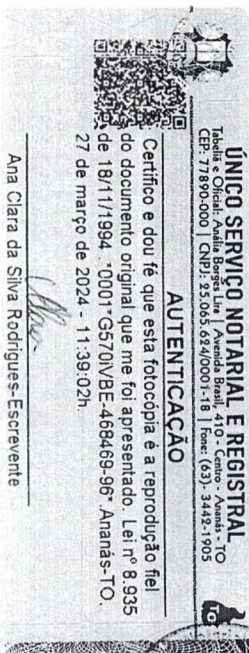
**Art. 27** – Conselho fiscal é o órgão de fiscalização dos atos da Diretoria Executiva no setor financeiro, composto de Presidente, Relatora e Secretário(a), são eleitos junto com a Diretoria Executiva para o mesmo mandato.

## CAPÍTULO IV – DAS ELEIÇÕES

**Art. 28** – A eleição da diretoria executiva e do conselho fiscal deverá ser convocada com antecedência mínima de 30(trinta) dias ou 45 (quarenta e cinco) dias no máximo.

**Parágrafo primeiro** – Poderá ainda ser convocada com antecedência de até 20 (vinte) dias e neste caso, por 03 (três) diretores da Associação dos Amigos Solidários em Ação, exceto o Presidente.

**Parágrafo segundo** – Não havendo esta providência, a eleição será realizada em assembleia geral extraordinária convocada e organizada por uma comissão de pelo menos 05 (cinco) associados.



*Ana Clara da Silva Rodrigues-Escritor*

*Associação dos Amigos Solidários em Ação*



**Art. 29** – São inelegíveis e não poderão concorrer:

- a) Os candidatos a cargos alheios aos mencionados nos artigos 16 e 25;
- b) Os associados que tenham autorizado a inclusão de seus nomes em mais de uma chapa;
- c) Os menores de 18 (dezoito) anos;
- d) Os associados que estejam respondendo e/ou com processo judicial.

**Art. 30** – O registro da chapa deverá ser requerido ao Presidente da Associação dos Amigos Solidários em Ação ou a comissão eleitoral, com 10 (dez) dias de antecedência do pleito.

I – Os candidatos serão registrados através de chapas que conterão os nomes de todos os membros concorrentes;

II – Verificando-se irregularidade na documentação apresentada, a chapa será notificada para que promova a correção no prazo de 24 (vinte e quatro) horas sob pena de indeferimento de seu registro;

III – O prazo para impugnação de candidatura ou chapa estende-se por 72 (setenta e duas) horas, após o encerramento do prazo de registro;

IV – O número de cada chapa será definido com o Presidente da Associação dos Amigos Solidários em Ação ou da comissão eleitoral respeitando a ordem de inscrição e recebimento da documentação necessária;

V – Aceito o registro da chapa, não serão permitidas substituições de candidatos, salvo em caso de falecimento.

**Art. 31** – Para votar é necessário que o associado tenha sido admitido no quadro social há mais de 30 (trinta) dias e para ser candidato há mais de 03 (três) meses.

**Art. 32** – Em caso de impugnação de candidatura ou chapa, o julgamento caberá a uma comissão designada pela União.

**Art. 33** – É nula a eleição quando:

- I – Feita perante mesa não designada pela comissão eleitoral da Associação dos Amigos Solidários em Ação;
- II – Realizada em dia, hora e local diferente ao mencionado no edital ou encerrada antes do horário previsto;

## CAPÍTULO V – DO PATRIMÔNIO

**Art. 34** – O patrimônio da Associação dos Amigos Solidários em Ação será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.

*Genil Guido Costa*

*[Signature]*  
ADVOGADO  
OAB 70.180/2

UNICO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Tabela e Oficial: Anália Borges Lima | Avenida Brasil, 410 - Centro - Ananás - TO  
CEP: 77890-000 | CNPJ: 35.065.624/0001-18 | Fone: (63) - 3442-1903

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994  
\*0001\*G392YQAG-46846E-10\* Ananás-TO, 27 de março de 2024 - 11:39:03h



**Art. 35** – No caso de dissolução da Entidade, os respectivos patrimônio líquido será transferido a pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social e esteja devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

DIRLEG-AL

Fls. 12



## CAPÍTULO VI – DAS RECEITAS

**Art. 36** – Constituem receitas:

- I – As contribuições de pessoas físicas e jurídicas;
- II – As doações e as subvenções recebidas diretamente da união, dos estados e dos municípios ou por intermédio de órgãos públicos da administração direta ou indireta;
- III – Os valores recebidos de auxílios e contribuições ou resultantes de convênios com entidades públicas ou privadas ou estrangeiras não destinados especificamente a incorporação em seu patrimônio;
- IV – As receitas operacionais e patrimoniais.

## CAPÍTULO VII – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

**Art. 37** – A prestação de contas da instituição observará no mínimo:

- I – Os princípios fundamentais da contabilidade e normas brasileiras da contabilidade;
- II – A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os a disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III – A realização de auditoria, inclusive por auditores externo independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de termo de parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV – A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da constituição federal.

## CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

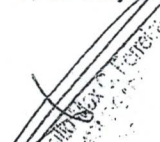
**Art. 38** – O presente estatuto social poderá ser reformulado a qualquer momento, através de Assembleia Geral extraordinária especialmente convocada para este fim, e o mesmo entra em vigor a partir da data do registro em cartório.

**Art. 39** – Os casos omissos nesse estatuto serão resolvidos pela diretoria e referendados pela assembleia geral.

**Art. 40** – Este estatuto social entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições contrárias.

Ananás – TO, 28 de janeiro de 2024.

  
Gesiel Guida Costa - Presidente



UNICO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Tabela e Oficial: Anália Borges Lira | Avenida Brasil, 410 - Centro - Ananás - TO  
CEP: 77890-000 | CNPJ: 33.065.694/0001-18 | Fone: (63) 3442-1905

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994. \*0001\*G570NKP-468473-85\* Ananás-TO, 28 de janeiro de 2024 - 11:39:04h





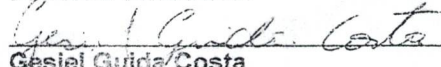


**ATA EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE, ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO E CNAE's DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS SOLIDÁRIOS EM AÇÃO**

Às 08h00 do dia vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro (28/01/2024), na cidade de Ananás, Estado de Tocantins, na sala de reuniões da Associação dos Amigos Solidários em Ação, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, em conformidade com o Estatuto Social e suas alterações. A reunião teve como pauta os seguintes pontos: 01 – atualização dos dados CNPJ sob nº 15.012.119/0001-51 da Entidade; 02 – Alteração do CNAE principal e secundário; 03 – Alteração do Nome da Entidade; 04 - Outros assuntos pertinentes. Estiveram presentes na Assembleia Geral Extraordinária, todos os membros da Diretoria composta por: **Gesiel Guida Costa** – Presidente, Identidade nº 1.583.886 SSP TO, CPF nº 012.706.141-00, **Marcelo da Silva Ferreira** – Vice-Presidente, Identidade nº 955.670 SSP TO, CPF nº 027.016.491-02, **Zayane Barbosa Lima de Sousa** – Primeira Secretária, Identidade nº 1.017.165 SSP TO, CPF nº 063.847.311-00, **Dilson Pereira da Silva** – Segundo Secretário, Identidade nº 902.146 SSP TO, CPF nº 018.086.151-40, **Mara Regina Guida Costa** – Primeiro Tesoureiro, Identidade nº 863.937 SSP TO, CPF nº 049.803.221-31, **Keilane Bezerra da Silva** – Segundo Tesoureiro, Identidade nº 057.938.652.016-9 SSP MA, CPF nº 047.983.781-35 e todos os associados presentes da Associação dos Amigos Solidários em Ação em conformidade com o Estatuto Social. **No primeiro item da pauta** foi discutido entre todos os presentes e que o **endereço antigo** Rua Francisco Xavier de Souza, número 74, Setor Alto Bonito, município de Ananás – Tocantins, CEP 77.890-000, passará a ser o seguinte **endereço novo** Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, número 804, CEP 77.890-000, Centro, na cidade de Ananás – Tocantins e que o número do CNPJ 15.012.119/0001-51 permanecerá o mesmo. Após discussão entre os presentes foi aprovado por unanimidade esse item da pauta. **Quanto ao segundo item da pauta**, o **CNAE Principal** seguirá o mesmo 94.99-5-00 – Atividades associativas não especificadas anteriormente e que a partir desta data serão incluídos os seguintes **CNAE's secundário** 77.21-7-00 – Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos; 85.92-9-01 – Ensino de dança; 85.92-9-99 – Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente; 85.91-1-00 – Ensino de esportes; 93.19-1-01 – Produção e promoção de eventos esportivos; 94.30-8-00 – Atividades de associações de defesa de direitos sociais. Após discussão entre os presentes foi aprovado por unanimidade esse item da pauta. **Quanto ao item três da pauta**, o nome Associação dos Moradores do Setor das Mangueiras em Ananás não mais existirá e passará a partir desta data a ser denominada de ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS SOLIDÁRIOS EM AÇÃO. Após discussão entre os presentes foi aprovado por unanimidade esse item da pauta. Quanto ao item quatro da pauta, o presidente da entidade deixou em aberto para que os presentes se manifestassem com alguma demanda e nada havendo a ser discutido ele passou a palavra a Secretária da mesa. A **Zayane Barbosa Lima de Sousa**, secretária da mesa, agradeceu a todos os presentes e ressaltou que essa reunião irá marcar para todos um novo tempo de prosperidade e o maior beneficiário de tudo isso será nossa comunidade de Ananás – Tocantins. Tenham em nome do nosso Presidente aqui presente o senhor **Gesiel Guida Costa** toda a dedicação dessa Diretoria e que não faltará esforços em busca de recursos e atenção as políticas públicas junto aos governos. Assim declaro encerrada essa Assembleia e que esse documento e o Estatuto Social sejam encaminhados aos órgãos e profissionais responsáveis para as devidas tratativas quanto ao aprovado.

Ananás – Tocantins, vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Diretoria Executiva:

  
**Gesiel Guida Costa**

Presidente, Identidade nº 1.583.886 SSP TO, CPF nº 012.706.141-00





45 Marcelo da Silva Ferreira

46 Marcelo da Silva Ferreira

47 Vice-Presidente, Identidade nº 955.670 SSP TO, CPF nº 027.016.491-02

48

49 Zayane Barbosa Lima de Sousa

50 Zayane Barbosa Lima de Sousa

51 Primeira Secretária, Identidade nº 1.017.165 SSP TO, CPF nº 063.847.311-00

52

53 Dilsonel Pereira da Silva

54 Dilsonel Pereira da Silva

55 Segundo Secretário, Identidade nº 902.146 SSP TO, CPF nº 018.086.151-40

56

57 Mara Regina Guida Costa

58 Mara Regina Guida Costa

59 Primeiro Tesoureiro, Identidade nº 863.937 SSP TO, CPF nº 049.803.221-31

60

61 Kellane Bezerra da Silva

62 Kellane Bezerra da Silva

63 Segundo Tesoureiro, Identidade nº 057.938.652.016-9 SSP MA, CPF nº 047.983.781-35

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

**ÚNICO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**  
Tabelião e Oficial: Anália Borges Lira | Avenida Brasil, 410 - Centro - Ananás - TO  
CEP: 77890-000 | CNPJ: 25.065.624/0001-18 | Fone: (63) 3442-1905

**PESSOAS JURÍDICAS - LIVRO A**

Protocolizado e digitalizado sob o nº 0000201,  
averbado às margens do registro nº 0000143,  
averbação nº 02, no livro A-006, às folhas 011/011, o  
seguinte documento: Ata Extr. p/ Alt. do nome da  
Ent. end. CNAE'S da Assoc. Solidários em Ação..  
Dou fé.  
Ananás-TO, 27 de março de 2024

Rosilane Alencar Santos  
Rosilane Alencar Santos-Escrevente  
Selo Digital nº 128900AAA142691-YFT, 128900AAA142692-FTU

VALIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

**ÚNICO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**  
Tabelião e Oficial: Anália Borges Lira | Avenida Brasil, 410 - Centro - Ananás - TO  
CEP: 77890-000 | CNPJ: 25.065.624/0001-18 | Fone: (63) 3442-1905

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico e dou fé que esta fotocópia é a reprodução fiel  
do documento original que me foi apresentado. Lei nº 8.935  
de 18/11/1994. \*0001\*G5704V/J-468489-86\*. Ananás-TO.  
27 de março de 2024 - 11:38:55h

Ana Clara da Silva Rodrigues  
Ana Clara da Silva Rodrigues-Escrevente  
Selo Digital nº 128900AAA142204-LYO  
<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>

VALIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS



ESTADO DO TOCANTINS  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANÁS**  
GOVERNO POPULAR DE ASSISTÊNCIA AO CIDADÃO  
Adm. 2009 / 2012  
CNPJ: 00.237.362/0001-09  
E-mail: pmananas@gmail.com

Lei 450/2012

De 29 de março de 2012.

**SANCIONADA**

Declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Setor das Mangueiras-AMSM

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ANANÁS, Estado do Tocantins, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Setor das Mangueiras – AMSM, entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter social, de duração por tempo indeterminado, com sede e foro no Município de Ananás, Estado do Tocantins, fundada em 30 de dezembro de 2011 e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o n.º 15.012.119/0001-51.

Art. 2º A Associação a que se refere o *caput*, do artigo anterior, fica sujeita aos dispositivos das leis do Município de Ananás pertinentes ao assunto e, a critério do Chefe do Poder Executivo, deverá apresentar, quando solicitada, ao órgão competente da Prefeitura Municipal, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano precedente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DO ESTADO DO TOCANTINS, AOS 29 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2012.

*[Handwritten signature]*  
RAIMUNDA ROSA DE SOUSA CARVALHO  
Prefeita Municipal

**SANCIONADA**





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

DIRLEG-AL

Fls. 16

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
15.012.119/0001-51  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
26/01/2012

NOME EMPRESARIAL  
ASSOCIACAO DOS AMIGOS SOLIDARIOS EM ACAO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
ASSOCIACAO DOS AMIGOS SOLIDARIOS EM ACAO

PORTE  
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
77.21-7-00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos  
85.91-1-00 - Ensino de esportes  
85.92-9-01 - Ensino de dança  
85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente  
93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos  
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO  
AV AVENIDA BRIGADEIRO EDUARDO GOMES

NÚMERO  
804

COMPLEMENTO  
\*\*\*\*\*

CEP  
77.890-000

BAIRRO/DISTRITO  
CENTRO

MUNICÍPIO  
ANANAS

UF  
TO

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
MARCELOSILVAFERREIRA89@GMAIL.COM

TELEFONE  
(63) 9203-7289

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
03/03/2023

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 18/03/2025 às 10:17:53 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**



Nº 221493022025

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **GESIEL GUIDA COSTA**, filho(a) de EROTILDES GUIDA COSTA, nascido(a) aos 27/08/1986, CPF 012.706.141-00.

Esta certidão foi expedida em **10/03/2025** às **16:24** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 221493022025.





**PODER  
JUDICIÁRIO**  
ESTADO DO TOCANTINS



1ª INSTÂNCIA  
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
**AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS**

N. 3edf91ed

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

GESIEL GUIDA COSTA

CPF n. 012.706.141-00

Certidão emitida em: 11/03/2025, às 07:22:14 (data e hora de Brasília)

**Observações:**

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquiridos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento n.º 11/2019, Portaria n.º 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço [https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2\\_prod\\_1grau/externo\\_controlador.php?acao=cj\\_online&acao\\_origem=&acao\\_retorno=cj](https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj)
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento n.º 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 11/03/2025, 07:22:16



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: GESIEL GUIDA COSTA  
CPF: 012.706.141-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 06:59:01 do dia 11/03/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/09/2025.

Código de controle da certidão: **2E36.0D71.C91C.2F8F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA  
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS  
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA**

Número da Certidão

**6479794**



Validador

28737641879605899501405098685674



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA**

**IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:**

**NOME:** GESIEL GUIDA COSTA

**CPF:** 012.706.141-00

**ENDEREÇO:** 9 de julho 777, centro

**MUNICÍPIO:** ANANAS - TO

**FINALIDADE:**  
CADASTRO

**HISTÓRICO:**

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

**Fundamentação Legal -** Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

**Validade -** O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

**Data Emissão:** Sexta-feira, 14 de Março de 2025 - 12h 24m 01s

**Emitida Via INTERNET**

**Atenção:**

**Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.**

**Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.**



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA DE ANANÁS  
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE**

**DADOS DO CONTRIBUINTE**


**Nome / Razão Social:** GESIEL GUIDA COSTA  
**CPF/CNPJ:** 012.706.141-00  
**Endereço:** RUA 9 DE JULHO, Nº777, QD. 0, LT0, CASA  
**Bairro:** CENTRO  
**Cidade:** ANANÁS-TO

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**Certifica-se**, para os fins de direito, que o Contribuinte supra citado, **NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS**, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA DE ANANÁS**, até a presente data.

**Ressalvando** o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

**Finalidade:** OUTRAS FINALIDADES

Dados de Autenticação	QR Code
<b>Certidão Número:</b> 05381 - 1 <b>Dispositivo Legal:</b> Lei Nº 482/2013- CTM. <b>Emitido em:</b> terça-feira, 11 de março de 2025 <b>Validade:</b> 10/04/2025 <b>Código Verificador:</b> dWcW2ovJjeyw	





Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**



Nº 221548332025

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **MARCELO DA SILVA FERREIRA**, filho(a) de **MARIA DOS SANTOS DA SILVA**, nascido(a) aos 21/03/1989.

**Certidão emitida sem informação de CPF, devendo ser validada mediante apresentação de documento com foto.**

Esta certidão foi expedida em **10/03/2025** às **17:23** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 221548332025.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **MARCELO DA SILVA FERREIRA**  
CPF: **027.016.491-02**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 06:59:43 do dia 11/03/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/09/2025.

Código de controle da certidão: **920F.E303.5201.0539**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA  
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS  
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão

6462189



Validador

58067670007697512625302482788254



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA**

**IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:**

**NOME:**

**CPF:** 027.016.491-02

**ENDEREÇO:**

**MUNICÍPIO:** -

**FINALIDADE:**

CADASTRO

**HISTÓRICO:**

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

**Fundamentação Legal -** Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

**Validade -** O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

**Data Emissão:** Segunda-feira, 10 de Março de 2025 - 09h 53m 54s

**Emitida Via INTERNET**

**Atenção:**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA DE ANANÁS  
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE


Nome / Razão Social: MARCELO DA SILVA FERREIRA  
CPF/CNPJ: 027.016.491-02  
Endereço: AVENIDA BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, Nº123, QD. 00, LT00  
Bairro: CENTRO  
Cidade: ANANÁS-TO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**Certifica-se**, para os fins de direito, que o Contribuinte supra citado, NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA DE ANANÁS**, até a presente data.

**Ressalvando** o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

**Finalidade:** OUTRAS FINALIDADES

Dados de Autenticação	QR Code
<b>Certidão Número:</b> 05382 - 1 <b>Dispositivo Legal:</b> Lei Nº 482/2013- CTM. <b>Emitido em:</b> terça-feira, 11 de março de 2025 <b>Validade:</b> 10/04/2025 <b>Código Verificador:</b> 1STVOCgS3ol9	





**PODER  
JUDICIÁRIO**  
ESTADO DO TOCANTINS



1ª INSTÂNCIA

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS**

N. 7f276b98

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

**ZAYANE BARBOSA LIMA DE SOUSA**

CPF n. 063.847.311-00

Certidão emitida em: 11/03/2025, às 07:23:16 (data e hora de Brasília)

**Observações:**

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço [https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2\\_prod\\_1grau/externo\\_controlador.php?acao=cj\\_online&acao\\_origem=&acao\\_retorno=cj](https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj)
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 11/03/2025, 07:23:17



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ZAYANE BARBOSA LIMA DE SOUSA  
CPF: 063.847.311-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 06:59:23 do dia 11/03/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/09/2025.

Código de controle da certidão: **6893.533F.460A.8EB9**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA  
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS  
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão

6462194



Validador

82851796884009056029609106086269

DIRLEG-AL

Fls. 28

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA**

**IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:**

**NOME:**

**CPF:** 063.847.311-00

**ENDEREÇO:**

**MUNICÍPIO:** -

**FINALIDADE:**

**CADASTRO**

**HISTÓRICO:**

**NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA**

**Fundamentação Legal -** Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

**Validade -** O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

**Data Emissão:** Segunda-feira, 10 de Março de 2025 - 09h 54m 39s

**Emitida Via INTERNET**

**Atenção:**

**Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.**

**Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.**



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA DE ANANÁS  
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE

**Nome / Razão Social:** ZAYANE BARBOSA LIMA DE SOUSA  
**CPF/CNPJ:** 063.847.311-00  
**Endereço:** AVENIDA BRIGADEIRO ESDUARDO GOMES, NºS/N, QD. 00, LT00  
**Bairro:** CENTRO  
**Cidade:** ANANÁS-TO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

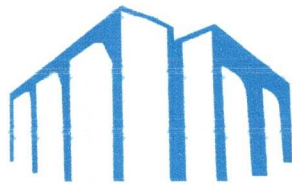
**Certifica-se**, para os fins de direito, que o Contribuinte supra citado, NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS , de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA DE ANANÁS**, até a presente data.

**Ressalvando** o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

**Finalidade:** OUTRAS FINALIDADES

Dados de Autenticação	QR Code
<b>Certidão Número:</b> 05383 - 1 <b>Dispositivo Legal:</b> Lei Nº 482/2013- CTM. <b>Emitido em:</b> terça-feira, 11 de março de 2025 <b>Validade:</b> 10/04/2025 <b>Código Verificador:</b> P8bw2UlsIXf4	





**PODER  
JUDICIÁRIO**  
ESTADO DO TOCANTINS



1ª INSTÂNCIA  
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
**AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS**

N. db8f13c3

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

DILSONEI PEREIRA DA SILVA

CPF n. 018.086.151-40

Certidão emitida em: 11/03/2025, às 07:23:44 (data e hora de Brasília)

**Observações:**

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço [https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2\\_prod\\_1grau/externo\\_controlador.php?acao=cj\\_online&acao\\_origem=&acao\\_retorno=cj](https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj)
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 11/03/2025, 07:23:45



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**



Nº 221784532025

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **DILSONEI PEREIRA**, filho(a) de MARIA FELIX SILVA FERREIRA, nascido(a) aos 30/05/1986.

**Certidão emitida sem informação de CPF, devendo ser validada mediante apresentação de documento com foto.**

Esta certidão foi expedida em **11/03/2025** às **07:02** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 221784532025.





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **DILSONEI PEREIRA DA SILVA**  
CPF: **018.086.151-40**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 07:00:07 do dia 11/03/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/09/2025.

Código de controle da certidão: **4638.C8D5.7C7E.C1B7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA  
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS  
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão

6462199

Fls. 33



Validador

98837208808808573621910680797829

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA**

**IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:**

**NOME:**

**CPF:** 018.086.151-40

**ENDEREÇO:**

**MUNICÍPIO:** -

**FINALIDADE:**

**CADASTRO**

**HISTÓRICO:**

**NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA**

**Fundamentação Legal -** Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

**Validade -** O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

**Data Emissão:** Segunda-feira, 10 de Março de 2025 - 09h 55m 14s

**Emitida Via INTERNET**

**Atenção:**

**Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.**

**Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.**





ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA DE ANANÁS  
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE**

**DADOS DO CONTRIBUINTE**

**Nome / Razão Social:** DILSONEI PEREIRA DA SILVA  
**CPF/CNPJ:** 018.086.151-40  
**Endereço:** RUA ORIENTE, NºS/N, QD. 00, LT00  
**Bairro:** SETOR BATENTE  
**Cidade:** ANANÁS-TO

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**Certifica-se**, para os fins de direito, que o Contribuinte supra citado, **NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS**, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA DE ANANÁS**, até a presente data.

**Ressalvando** o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

**Finalidade:** OUTRAS FINALIDADES

Dados de Autenticação	QR Code
<b>Certidão Número:</b> 05384 - 1 <b>Dispositivo Legal:</b> Lei Nº 482/2013- CTM. <b>Emitido em:</b> terça-feira, 11 de março de 2025 <b>Validade:</b> 10/04/2025 <b>Código Verificador:</b> YmXrGxtqhQ1R	



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**



Nº 221547372025

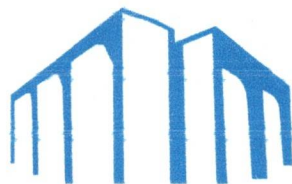
A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **MARA REGINA GUIDA COSTA**, filho(a) de **EROTILDES GUIDA**, nascido(a) aos 01/06/1995.

**Certidão emitida sem informação de CPF, devendo ser validada mediante apresentação de documento com foto.**

Esta certidão foi expedida em **10/03/2025** às **17:22** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 221547372025.





**PODER  
JUDICIÁRIO**  
ESTADO DO TOCANTINS



1ª INSTÂNCIA

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS**

N. e522efce

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

**MARA REGINA GUIDA COSTA**

CPF n. 049.803.221-31

Certidão emitida em: 11/03/2025, às 07:16:13 (data e hora de Brasília)

**Observações:**

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento n.º 11/2019, Portaria n.º 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço [https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2\\_prod\\_1grau/externo\\_controlador.php?acao=cj\\_online&acao\\_origem=&acao\\_retorno=cj](https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj)
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento n.º 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 11/03/2025, 07:16:15



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MARA REGINA GUIDA COSTA  
CPF: 049.803.221-31

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 06:58:20 do dia 11/03/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/09/2025.

Código de controle da certidão: **65D3.AC0F.FA4B.0688**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA  
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS  
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão

6462207



Validador

14325795450849844579730971767393



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA**

**IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:**

**NOME:** MARA REGINA GUIDA COSTA

**CPF:** 049.803.221-31

**ENDEREÇO:** P\$A P, P, 1 - ZONA RURAL

**MUNICÍPIO:** ARAGUAÍNA - TO

**FINALIDADE:**

CADASTRO

**HISTÓRICO:**

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

**Fundamentação Legal -** Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

**Validade -** O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

**Data Emissão:** Segunda-feira, 10 de Março de 2025 - 09h 56m 02s

**Emitida Via INTERNET**

**Atenção:**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA DE ANANÁS  
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome / Razão Social: MARA REGINA GUIDA COSTA  
CPF/CNPJ: 049.803.221-31  
Endereço: RUA SÃO PEDRO, NºS/N, QD. 00, LT00  
Bairro: CENTRO  
Cidade: ANANÁS-TO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**Certifica-se**, para os fins de direito, que o Contribuinte supra citado, **NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS**, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA DE ANANÁS**, até a presente data.

**Ressalvando** o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

**Finalidade:** OUTRAS FINALIDADES

Dados de Autenticação	QR Code
<p><b>Certidão Número:</b> 05385 - 1</p> <p><b>Dispositivo Legal:</b> Lei Nº 482/2013- CTM.</p> <p><b>Emitido em:</b> terça-feira, 11 de março de 2025</p> <p><b>Validade:</b> 10/04/2025</p> <p><b>Código Verificador:</b> NFo1oNe07rsP</p>	





**PODER  
JUDICIÁRIO**  
ESTADO DO TOCANTINS



1ª INSTÂNCIA  
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
**AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS**

N. 606aaf0a

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

KEILANE BEZERRA DA SILVA

CPF n. 047.983.781-35

Certidão emitida em: 11/03/2025, às 07:19:01 (data e hora de Brasília)

**Observações:**

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento n.º 11/2019, Portaria n.º 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço [https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2\\_prod\\_1grau/externo\\_controlador.php?acao=cj\\_online&acao\\_origem=&acao\\_retorno=cj](https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj)
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento n.º 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 11/03/2025, 07:19:03



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**



Nº 221539742025

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **KEYLANE BEZERRA DA SILVA**, nascido(a) aos 02/01/1994.

**Certidão emitida sem informação de CPF, devendo ser validada mediante apresentação de documento com foto.**

Esta certidão foi expedida em **10/03/2025** às **17:14** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 221539742025.





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: KEILANE BEZERRA DA SILVA  
CPF: 047.983.781-35

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 06:58:41 do dia 11/03/2025 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 07/09/2025.

Código de controle da certidão: **5471.A913.A796.46D4**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA  
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS  
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão

6462211



Validador

58672481447688936411569947227946

DIRLEG-AL

Fls. 43

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA**

**IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:**

**NOME:**

**CPF:** 047.983.781-35

**ENDEREÇO:**

**MUNICÍPIO:** -

**FINALIDADE:**

**CADASTRO**

**HISTÓRICO:**

**NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA**

**Fundamentação Legal -** Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

**Validade -** O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

**Data Emissão:** Segunda-feira, 10 de Março de 2025 - 09h 56m 41s

**Emitida Via INTERNET**

**Atenção:**

**Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.**

**Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.**





ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA DE ANANÁS  
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome / Razão Social: KEILANE BEZERRA DA SILVA  
CPF/CNPJ: 047.983.781-35  
Endereço: AVENIDA BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, Nº123, QD. 00, LT00  
Bairro: CENTRO  
Cidade: ANANÁS-TO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**Certifica-se**, para os fins de direito, que o Contribuinte supra citado, NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA DE ANANÁS**, até a presente data.

**Ressalvando** o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

**Finalidade:** OUTRAS FINALIDADES

Dados de Autenticação	QR Code
<b>Certidão Número:</b> 05386 - 1 <b>Dispositivo Legal:</b> Lei Nº 482/2013- CTM. <b>Emitido em:</b> terça-feira, 11 de março de 2025 <b>Validade:</b> 10/04/2025 <b>Código Verificador:</b> jaeU4Df6fJbo	